

Demonstrações Financeiras

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e diretores da
Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar
Suzanápolis - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 01 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Henrique Schenk', is written over the printed name and title.

João Henrique Schenk
Contador CRC 1SP202127/O-8

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.480	18.886
Instrumentos financeiros derivativos	21	1.677	-
Contas a receber		8.012	8.169
Estoques	4	49.284	53.801
Ativo biológico	5	43.988	41.864
Impostos a recuperar		3.070	6.557
Adiantamento a fornecedores	6	9.464	10.255
Outros créditos		454	2.243
		139.429	141.775
Não circulante			
Adiantamento a fornecedores	6	1.014	-
Impostos a recuperar		2.838	4.337
Depósitos em garantia	8	8.058	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	37.308	37.297
Depósitos judiciais		2.310	2.793
Investimentos	10	21.654	-
Imobilizado	11	337.711	362.627
Intangível		5.519	2.501
		416.412	409.555
Total do ativo		555.841	551.330

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	115.959	246.699
Instrumentos financeiros derivativos	21	572	-
Fornecedores de materiais e serviços		9.392	18.710
Fornecedores de cana-de-açúcar		2.825	1.939
Salários e férias a pagar		7.868	10.436
Impostos a recolher		2.680	3.964
Partes relacionadas	7	10.600	9.050
Outras obrigações		2.553	10.681
		152.449	301.479
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	266.000	62.687
Provisão para contingências	13	5.958	6.994
		271.958	69.681
Patrimônio líquido	14		
Capital social		478.868	478.868
Reservas de capital		671	671
Outros resultados abrangentes		4.381	-
Prejuízos acumulados		(352.486)	(299.369)
		131.434	180.170
Total do passivo e patrimônio líquido		555.841	551.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	15	288.932	259.264
Custo dos produtos vendidos	16	(218.031)	(188.596)
Valor justo do ativo biológico	5	(3.386)	(13.468)
Lucro bruto		67.515	57.200
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	16	(14.513)	(15.785)
Administrativas e gerais	16	(17.211)	(16.981)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(2.096)	(3.049)
Resultado da equivalência patrimonial		(43)	-
		(33.863)	(35.815)
Lucro antes do resultado financeiro		33.652	21.385
Despesas financeiras	18	(30.968)	(25.809)
Receitas financeiras		970	1.405
Variação cambial, líquida	19	(56.782)	(8.329)
		(86.780)	(32.733)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(53.128)	(11.348)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	-	(659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	11	2.787
Prejuízo do exercício		(53.117)	(9.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(53.117)	(9.220)
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>Hedge Accounting</i>	4.381	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(48.736)</u>	<u>(9.220)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	480.242	(1.374)	478.868	671	-	(290.149)	189.390
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(9.220)	(9.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	480.242	(1.374)	478.868	671	-	(299.369)	180.170
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(53.117)	(53.117)
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	-	-	4.381	-	4.381
Saldos em 31 de dezembro de 2018	480.242	(1.374)	478.868	671	4.381	(352.486)	131.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(53.117)	(9.220)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
Provisão para perdas nos estoques	54	593
Depreciação e amortização	74.530	73.006
Varição do valor justo de ativos biológicos	3.386	13.468
Colheita de ativos biológicos	45.092	35.433
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangível	6.442	870
Resultado na venda de participação em joint venture	(354)	-
Varição cambial não realizada	57.343	8.329
Juros de empréstimos e financiamento	24.121	23.262
Outros Resultados Abrangentes	4.381	-
Provisão para contingências	1.315	2.943
Resultado de equivalência patrimonial	43	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11)	(2.787)
	163.225	145.897
Variações nos ativos e passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	(1.105)	-
Contas a receber	157	(3.470)
Estoques	4.463	(18.174)
Adiantamentos a fornecedores	(223)	1.272
Impostos a recuperar	4.986	(5.038)
Outros créditos	1.788	(1.611)
Depósito judicial	483	(855)
Depósito em garantia	(8.058)	-
Fornecedores	(8.432)	3.198
Outras obrigações	(11.979)	12.611
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.790)	(23.613)
Pagamento de contingências	(2.351)	(1.374)
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	119.164	108.843
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Ativos biológicos	(50.602)	(42.076)
Investimentos	(4.798)	-
Venda de participação em joint venture	11.620	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(87.240)	(93.413)
Caixa e equivalentes de caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	(131.020)	(135.489)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	240.163	117.853
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(223.713)	(86.078)
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados das atividades de financiamentos	16.450	31.775
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	4.594	5.129
Demonstração do aumento no caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	18.886	13.757
No fim do exercício	23.480	18.886
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	4.594	5.129

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar (“Companhia”) foi constituída em 6 de outubro de 2003 por meio de instrumento particular de constituição de sociedade limitada com a razão social de Sopesa Agroindustrial Ltda.. Por meio da Assembleia Geral de constituição de sociedade anônima de 8 de março de 2006, a Companhia foi transformada de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade por ações e teve alterada sua denominação social de Sopesa Agroindustrial Ltda. para Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar.

A Companhia está estabelecida na cidade de Suzanápolis, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a exploração agroindustrial, especialmente, a industrialização da cana-de-açúcar para fabricação de etanol, açúcar e derivados para comercialização no mercado interno e externo, bem como o desenvolvimento de empreendimentos de logística e outros que integram o aproveitamento de seus subprodutos, especialmente na área de geração de energia.

A Companhia iniciou sua formação da lavoura de cana-de-açúcar em maio de 2005, sendo que em 2006 houve um aporte dos bens relativos à atividade agrícola na controlada Vale do Paraná Agrícola Ltda.

A Companhia iniciou suas atividades industriais com a produção de etanol em agosto de 2008 com uma capacidade instalada de 750 m³/dia de álcool hidratado, no ano 2014 foi realizada uma ampliação na destilaria aumentando sua capacidade em 250 m³/dia e investiu na implementação da peneira molecular para produzir 500 m³/dia de álcool anidro.

Em 1º de junho de 2015, a Companhia incorporou a sua controlada, Vale do Paraná Agrícola Ltda. (“Incorporada”). A Incorporada era estabelecida na cidade de Suzanápolis, Estado de São Paulo, e tinha como objetivo social: (a) a exploração e comercialização de cana-de-açúcar e culturas intercalares compatíveis, e demais atividades agrícolas e pastoris, em terras próprias e de terceiros, arrendadas ou exploradas em regime de parceria; (b) a participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. Nos exercícios anteriores até a sua incorporação a Vale do Paraná Agrícola Ltda. comercializou quase toda a produção de cana-de-açúcar para a controladora Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar, por preço que usa como referência a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

A Companhia participou com sucesso do leilão de energia (leilão A-5), garantindo a venda no mercado regulado de 120 Gwh por ano, durante 25 anos a contar de 1º de janeiro de 2021, energia elétrica anual que corresponde a 93% da energia elétrica gerada com uma moagem mínima de 1.700.000 ton. de cana por safra. Atualmente, a Companhia tem uma capacidade para processar cerca de 11.000 toneladas de cana por dia.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 8 de agosto de 2018 foi constituída a companhia UTE Vale do Paraná Albioma S.A., em sociedade com a empresa Albioma Participações do Brasil Ltda., para atuar no comércio de bioenergia através de consórcio com a Vale do Parana S.A. – Alcool e Açúcar.

Como parte do projeto inicial da Companhia havia a produção de açúcar VHP; a construção da planta teve início no mês de setembro 2016 e entrou em operação em maio de 2017 para produzir açúcar VHP, com uma capacidade instalada de 17.000 sacos/dia. Em 2018, devido a queda nos preços mundiais de açúcar VHP#11, a Companhia utilizou cerca de 40% de sua capacidade para a produção de açúcar.

A Administração considera o pressuposto de continuidade normal para a elaboração destas demonstrações financeiras baseada no plano de negócios aprovado pela diretoria e sócios, na possibilidade de manutenção de créditos por terceiros para a viabilização de recursos de curto prazo na forma de empréstimos e refinanciamentos, e principalmente na capacidade dos acionistas em realizar aportes de recursos ou na prestação de avais, quando necessários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 01 de fevereiro de 2019, a Administração da Companhia aprovou essas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma no resumo das práticas contábeis.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como volume de vendas, compromissos futuros de entrega, dados contratuais, projeções econômicas, capacidades de produção, seguros e questões ambientais, não foram auditados.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, quando houver efeito relevante, levando em consideração a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes, para refletir as melhores estimativas do valor do dinheiro no tempo. Subsequentemente, estes juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Esses ativos são contabilizados pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros créditos. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há alguma evidência objetiva de que o ativo financeiro não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos bancários e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações, que são classificados como "Empréstimos e financiamentos". Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como:

- Hedges de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido.
- Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido.
- Hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior.

A Companhia classifica sua contabilidade de Hedge como Hedge de fluxo de caixa. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, a posição ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e a forma como a entidade avalia a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Espera-se que o hedge seja altamente eficaz para compensar alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto e que seja avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente eficaz durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual o hedge foi designado.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo

A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Hedges de valor justo--Continuação

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de hedge.

A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes, bem como contratos futuros de commodities para sua exposição à volatilidade nos preços de commodities. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como outras despesas, e a parte ineficaz relativa a contratos de commodities é reconhecida em outras despesas operacionais.

A Companhia designou todos os contratos a termo como instrumento de hedge. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos foram lançados diretamente no resultado, exceto pela parcela efetiva de hedges de fluxo de caixa, que foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e posteriormente serão reclassificados como resultado no mesmo período ou em períodos nos quais o fluxo de caixa protegido afeta o resultado.

A Companhia designa exclusivamente o elemento à vista de contratos a termo como instrumento de hedge. O elemento a termo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Hedges de fluxo de caixa--Continuação

Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente do objeto de hedge. Se a transação objeto de hedge subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é retirado do componente separado do patrimônio líquido e incluído no custo inicial ou em outro valor contábil do ativo ou passivo protegido. Não se trata de um ajuste de reclassificação e não será reconhecido em outros resultados abrangentes para o período. Isso também se aplica quando a transação prevista protegida por hedge de um ativo não financeiro ou passivo não financeiro torna-se subsequentemente um compromisso firme para o qual é aplicada a contabilização de hedge de valor justo.

Para quaisquer outros hedges de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

Hedges de investimento líquido

Os hedges de investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo hedge de item monetário contabilizado como parte do investimento líquido, são contabilizados de maneira similar aos hedges de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de hedge relacionados à parte eficaz do hedge são reconhecidos como outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionadas à parcela ineficaz são reconhecidos na demonstração do resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor acumulado de quaisquer destes ganhos ou perdas registrados no patrimônio líquido é transferido para a demonstração do resultado.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

2.7. Investimento em joint ventures

Operação em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a joint venture são eliminados em proporção à participação na coligada ou joint venture.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Investimento em joint ventures--Continuação

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma joint venture é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores na joint venture.

As demonstrações financeiras da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua joint venture. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint venture e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de joint venture", na demonstração do resultado.

Ao perder o controle conjunto sobre a joint venture, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da joint venture, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.8. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior apresentada para fins de comparabilidade.

2.9. Normas emitidas mas ainda não vigentes

A principais normas e interpretações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar estas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.9. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Pronunciamento ou interpretação	Descrição resumida
CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019)	Estabelece os princípios para mensuração, reconhecimento e divulgação das operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários registrem tais operação no balanço patrimonial em modelo similar aos arrendamentos financeiros. A norma possui isenções para arrendamentos de “baixo valor” e ou “curto prazo”
ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de impostos de renda (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019)	Trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza
CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa	De acordo com o CPC 48, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente” pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

A Administração está avaliando os possíveis impactos das novas normas e interpretações.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	5	2
Contas bancárias	7.542	4.502
Aplicações financeiras	15.933	14.382
	<u>23.480</u>	<u>18.886</u>

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais estão sujeitos a um insignificante risco de valor. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 82% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

4. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas nos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Produto acabado - Etanol Hidratado	1.706	947
Produto acabado - Etanol Anidro	40.195	38.782
Produto acabado - Açúcar VHP	82	6.176
Almoxarifado	7.948	8.489
Provisão para perdas nos estoques	(647)	(593)
	<u>49.284</u>	<u>53.801</u>

Em 2018, devido a queda dos preços mundiais de Açúcar #11, optamos em maximizar a produção de Álcool Anidro, produzimos Açúcar VHP apenas para cumprir com os contratos já negociados. Para 2018 o mix de produção ficou em 47% para Anidro (44% 2017), 31% para Açúcar (45% em 2017) e 22% para Hidratado (11% em 2017). A produção se baseia nos contratos já firmados, bem como na situação do mercado, buscando sempre as melhores oportunidades e maiores retornos.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

O ativo biológico da Companhia compreende o cultivo de cana-de-açúcar (cana em pé), através de contratos com parceiros de cana e cana própria, para utilização como matéria em seus processos industriais de etanol após sua colheita. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. A soqueira é classificada como “Ativo imobilizado”, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, e a cana em pé, de acordo com o CPC 28 - Ativo Biológico e Produto Agrícola.

Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere. A Companhia espera que a amortização total do ativo biológico de 31 de dezembro de 2018 ocorra durante o exercício de 2019 (uma safra).

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECAN (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo do ativo biológico é classificado no nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras emáquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Ativo biológico--Continuação

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Área estimada de colheita (hectares)	18.650	20.472
Produtividade prevista (toneladas de cana/hectares)	78,83	88,87
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	142,15	138,41
Valor do Kg de ATR	0,6086	0,5887

A taxa de desconto real utilizada no fluxo de caixa do período, denominada como “Custo Médio Ponderado de Capital” (WACC), correspondeu a 6,57% ao ano, a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia.

A seguir, estão demonstradas as movimentações do ativo biológico:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	48.689
Custos com tratamentos culturais	42.076
Colheita	(35.433)
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda	(13.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.864
Custos com tratamentos culturais	50.602
Colheita	(45.092)
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda	(3.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	43.988

6. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores de cana ou materiais e serviços são realizados por meios dos pagamentos ou serviços prestados. Esses adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante.

Os adiantamentos de cana são liquidados com base nos volumes de cana-de-açúcar entregue. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega da cana-de-açúcar. A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem a cana-de-açúcar plantada. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Adiantamentos a fornecedores--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de cana	9.228	9.404
Fornecedores de materiais e serviços	1.250	851
	<u>10.478</u>	<u>10.255</u>
Ativo circulante	9.464	10.255
Ativo não circulante	1.014	-

Os adiantamentos a fornecedores de cana correspondem as parcerias agrícolas que serão realizadas em 2019, e uma parte em 2020 (áreas recém plantadas).

7. Partes relacionadas

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Saldos</u>	<u>(despesas)</u>	<u>Saldos</u>	<u>(despesas)</u>
Passivo circulante				
<i>Empréstimos e financiamentos no exterior</i>				
Colgua Investments S.A.	10.600	(1.550)	9.050	(134)
	<u>10.600</u>	<u>(1.550)</u>	<u>9.050</u>	<u>(134)</u>

Saldo decorrente de mútuo financeiro, sendo a Colgua Investments S.A. atualizado com juros 3% ao ano + LIBOR 6M. Em 7 de abril de 2014, a controladora Colgua Investments S.A. integralizou todo o saldo de principal que possuía, e a partir desta data só ficou em aberto os juros, a movimentação no resultado de 2018 refere-se a variação cambial.

8. Depósitos em garantia

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos em garantia	8.058	-
	<u>8.058</u>	<u>-</u>

Em 13 de abril de 2018, foi contratado um empréstimo junto ao banco IIC (Inter-American Investment Corporation), para o qual foi efetuado um depósito em garantia no valor de US\$2.080 (Dois milhões e oitenta mil dólares).

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pelo montante a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo antes de imposto de renda e contribuição social	(53.128)	(11.348)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal - 34%	18.064	3.858
Ajuste para cálculo da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízo fiscal	-	(298)
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituído (não constituídos)	(17.488)	(1.550)
Outras diferenças permanentes	(565)	118
	<u>11</u>	<u>2.128</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.787
Alíquota efetiva (%)	-	19%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento fiscal e as estimativas subsequentes de impostos diferidos são executados quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensar o ativo fiscal diferido com base nas projeções de resultados elaborados e nas premissas internas e cenários econômicos futuros que permitam seu uso total ou parcial.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os impostos diferidos foram oriundos das seguintes bases:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos fiscais diferidos		
Diferenças temporárias	3.066	3.918
Base negativa de contribuição social	17.776	17.156
Prejuízo fiscal	49.380	47.655
Provisão impostos não reconhecidos	(47.516)	(30.032)
Varição cambial por regime de caixa	17.530	4.210
	40.236	42.907
Passivos fiscais diferidos		
Diferenças temporárias	(2.928)	(5.610)
	(2.928)	(5.610)
Impostos diferidos reconhecidos	37.308	37.297

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é periodicamente revisto, considerando-se que as projeções são revisadas anualmente, e aprovadas pela administração da Companhia.

A Companhia têm prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para compensar limitados a 30% do lucro tributável anual, que não tem expiração, nos seguintes valores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	197.519	190.620
Impostos diferidos (34%)	67.156	64.811
Impostos diferidos reconhecidos	(19.640)	(34.779)
Impostos diferidos não reconhecidos	47.516	30.032

A Companhia reconhece o imposto diferido ativo com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias;
- Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias que possuem prazos de realização similares aos impostos diferidos passivos, de mesma entidade jurídica, até o limite de saldo de tributos diferidos passivos; e
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2018	-	975
2019	-	1.067
2020	-	2.744
2021	2.884	2.701
2022	-	2.643
2023 a 2027	37.352	32.777
	<u>40.236</u>	<u>42.907</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando da sua elaboração.

10. Investimentos

	<u>Método Avaliação</u>	<u>Participação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
UTE Vale do Paraná Albioma S.A.	Equivalência Patrimonial	60%	21.600	-
Cooperativas	Valor Justo	Quotas	54	-
			<u>21.654</u>	<u>-</u>

Como parte do planejamento estratégico da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 1, em 8 de Agosto de 2018 foi constituída a empresa UTE Vale do Paraná Albioma S.A., que vai atuar no mercado de bioenergia. Inicialmente foi aportado nesta nova companhia ativos imobilizados e direitos da linha de transmissão no valor líquido de R\$28.166, em 31 de outubro de 2018 foi vendida a participação de 40% da companhia a Albioma Participações do Brasil Ltda. A Vale do Paraná realizou investimentos adicionais em moeda corrente nacional no valor de R\$4.744.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

	UTE Vale do Paraná Albioma S.A.	Cooperativas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Aporte de capital com imobilizados e intangíveis	28.166	-	28.166
Aporte de capital com caixa	4.744	54	4.798
Venda de participação em JV	(11.267)	-	(11.267)
Equivalencia patrimonial	(43)	-	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.600	54	21.654

11. Imobilizado

É apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Gastos com manutenção que implicam prolongamento da vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 a 2017
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

	Edificações e terrenos	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Informática	Imobilizado em andamento	Manutenção entressafra	Soqueira de cana	Total
Custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.145	161.010	92.007	845	15.660	3.119	73.056	27.638	160.619	548.099
Adições	4.576	5	9.111	7	1.602	388	5.163	29.533	43.028	93.413
Baixas	(7)	(10)	(421)	-	(239)	(6)	(2)	(20.265)	(22.325)	(43.275)
Transferências	17.946	35.266	13.890	4	(965)	1.385	(67.526)	-	-	-
Reclassificação Intangível	-	-	-	-	-	(2.906)	(616)	-	-	(3.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	36.660	196.271	114.587	856	16.058	1.980	10.075	36.906	181.322	594.715
Adições	304	34	8.282	50	5.171	213	6.401	31.002	34.987	86.444
Baixas	(48)	(131)	(980)	(37)	(20)	(365)	(652)	(57.134)	(40.472)	(99.839)
Transferências	591	798	3.039	(39)	(1)	28	(4.416)	-	-	-
Aporte de capital em joint venture	(1.071)	(34.444)	(14.586)	-	-	-	(24)	-	-	(50.125)
Reclassificação Intangível	-	-	-	-	-	-	(8.442)	-	-	(8.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	36.436	162.528	110.342	830	21.208	1.856	2.942	10.774	175.837	522.753
Depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1.729)	(58.689)	(33.071)	(324)	(4.485)	(1.823)	-	(20.265)	(82.123)	(202.509)
Depreciação	(393)	(6.885)	(7.654)	(50)	(1.584)	(261)	-	(28.568)	(27.611)	(73.006)
Baixas	7	6	193	-	93	3	-	20.265	21.838	42.405
Transferências	8	-	(744)	-	736	-	-	-	-	-
Reclassificação Intangível	-	-	-	-	-	1.022	-	-	-	1.022
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(2.107)	(65.568)	(41.276)	(374)	(5.240)	(1.059)	-	(28.568)	(87.896)	(232.088)
Depreciação	(606)	(6.731)	(8.746)	(47)	(1.946)	(205)	-	(28.566)	(27.515)	(74.362)
Baixas	50	152	613	20	8	285	-	57.134	40.351	98.613
Transferências	2	-	(14)	12	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital em joint venture	229	16.202	6.364	-	-	-	-	-	-	22.795
Reclassificação Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(2.432)	(55.945)	(43.059)	(389)	(7.178)	(979)	-	-	(75.060)	(185.042)
Taxa de depreciação %aa	2	4	7 a 10	6	5 a 10	11	-	100	20	
Valor residual em										
31 de dezembro de 2018	34.004	106.583	67.283	441	14.030	877	2.942	10.774	100.777	337.711
31 de dezembro de 2017	34.553	130.703	73.311	482	10.818	921	10.075	8.338	93.426	362.627

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 a 2017
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

Garantia

Em 31 de dezembro de 2018, a totalidade dos bens imobilizados dados em garantia corresponde ao valor de R\$291.735 (R\$60.739 em 2017).

Baixa de ativos capitalizados

Em 31 de outubro de 2018 a Companhia realizou um aporte de capital na companhia UTE Vale do Parana Albioma S.A. no valor residual de R\$28.166, esta capitalização foi realizada por meio de ativos imobilizados e intangíveis que pertencem a linha de produção de energia, conforme laudo aprovado pelos sócios na mesma data.

Imobilizado em andamento

O imobilizado em andamento refere-se à ampliação e montagem das instalações industriais, bem como as peças e materiais de reposição.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não foram identificadas perdas a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Descrição	Juros	Indexador	2018	2017
Moeda nacional				
Capital de giro	8,95% a.a.	SELIC	30.715	64.409
Finame	5,68% a.a.		14.749	21.897
Nota crédito exportação	11,77% a.a.	TJLP/SELIC	14.890	26.987
			60.354	113.293
Moeda estrangeira				
Capital de giro	4,00% a.a. + Libor 3 e 6M	Libor	321.605	196.093
			321.605	196.093
			381.959	309.386
Passivo circulante			(115.959)	(246.699)
Passivo não circulante			266.000	62.687

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	26.055
2020	41.120	18.110
2021	57.867	13.081
2022	49.393	5.441
2023	43.118	-
2014 a 2026	74.502	-
	<u>266.000</u>	<u>62.687</u>

Claúsulas restritivas (Covenants)

Os contratos de empréstimos com o banco IIC (Inter-American Investment Corporation), possuem cláusulas restritivas relacionadas a relação ebitda líquido sobre ebitda ajustado, índice de responsabilidades para capital e ebtida ajustado para taxa de juros.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos e financiamentos estavam sendo cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 (não havia covenants em 2017).

Garantias

Os empréstimos da Companhia estão garantidos por alienações fiduciárias de bens do ativo imobilizado, ativo biológico, depósito em garantia e avais de acionistas.

13. Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. A Companhia não espera reembolsos como resultado de tais demandas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	5.528	6.604
Cíveis	430	390
	<u>5.958</u>	<u>6.994</u>

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Provisões para contingências--Continuação

As alterações na provisão para demandas judiciais são apresentadas a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2016	5.336	89	5.425
Movimento	2.519	424	2.943
Pagamento	(1.251)	(123)	(1.374)
Em 31 de dezembro de 2017	6.604	390	6.994
Movimento	1.270	45	1.315
Pagamento	(2.346)	(5)	(2.351)
Em 31 de dezembro de 2018	5.528	430	5.958

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

A Companhia e está envolvidas em outros processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, tem expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes de risco máximo desses processos são:

Trabalhistas: R\$2.053 (R\$1.668 em 2017)
Ambientais: (R\$3.535 em 2017)

Na avaliação da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente essas demonstrações financeiras.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito está representado por 2.034.326.704 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, sem valor nominal, o qual 2.017.151.347 ações estão totalmente integralizadas. A composição acionária é conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>
Colgua Investments, S.A.	2.017.151.346	99,9999	478.868
Alberto José Otoyá Dussan	1	0,0001	-

Para ser permitido às empresas brasileiras remeterem lucros ao exterior e repatriarem o capital estrangeiro investido, é necessário que esse capital esteja registrado no Banco Central do Brasil. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018 a totalidade das ações devidamente registradas no Banco Central do Brasil pelo valor de USD 213.532.(Duzentos e treze milhões, quinhentos e trinta e dois mil dólares).

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de capital

Refere-se a ágio na subscrição de ações, decorrente da diferença entre o preço pago e o valor nominal da ação, em acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 25 de março de 2010, somado a uma parte do capital integralizado destinado a conta de reserva, conforme AGE de 7 de abril de 2014, o qual foi utilizada para a aquisição e posterior cancelamento das ações da acionista Unialco S.A. - Álcool e Açúcar, conforme AGO de 28 de abril de 2014.

Dividendos

De acordo com o estatuto social é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, no entanto, até o presente exercício, a Companhia não apresentou lucros para distribuição de dividendos.

15. Receita operacional

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de etanol e açúcar. As receitas decorrentes de venda de produtos ou mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos federais - Contribuição Social sobre a Receita Bruta para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% e Imposto sobre produtos industrializados (IPI) - 5% a 10%, Funrural – 2,85%; e
- Impostos estaduais - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - 7% a 18%.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Etanol	194.754	138.884
Açúcar	122.078	137.362
Outras vendas	7.536	5.224
Receita bruta	324.368	281.470
(-) Deduções de vendas (impostos/devoluções)	(35.436)	(22.206)
	288.932	259.264

As vendas de etanol (Hidratado e Anidro) e açúcar (VHP), corresponderam a 98% do total da receita bruta em 2018 (98% em 2017). Outras vendas são representadas por subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar, óleo fúsel e por ultimo, temos a revenda de cana-de-açúcar.

16. Custos e despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo dos produtos, exceto fretes	128.254	115.571
Valor justo do ativo biológico	3.386	13.468
Depreciação e amortização	74.530	73.006
Despesa com pessoal	31.695	16.442
Fretes	11.705	12.304
Outras despesas	3.571	4.039
	253.141	234.830
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos	218.031	188.596
Valor justo do ativo biológico	3.386	13.468
Despesas com vendas	14.513	15.785
Despesas administrativas e gerais	17.211	16.981
	253.141	234.830

17. Outras despesas operacionais, líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Indenizações contratuais	(5.641)	46
Provisão para contingências	1.892	2.944
Gastos projeto - UTE Vale do Paraná Albioma S.A.	6.133	-
Outras	(288)	59
	2.096	3.049

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

18. Despesas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	24.121	22.686
Juros sobre fornecedores, impostos e contribuições	12	136
Gastos com empréstimos e financiamentos	5.109	1.146
Outras	1.726	1.841
	<u>30.968</u>	<u>25.809</u>

19. Variação cambial, líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos	(54.674)	(21.141)
Partes relacionadas	(2.058)	(965)
Outras operações	(9.375)	(1.162)
Variação cambial ativa	(66.107)	(23.268)
Empréstimos e financiamentos	113.741	28.307
Partes relacionadas	3.609	1.098
Outras operações	5.539	2.192
Variação cambial passiva	122.889	31.597
Variação cambial líquida	<u>56.782</u>	<u>8.329</u>

20. Compromissos

Etanol

A Companhia possui acordos no mercado de etanol através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras.

Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados por safra são como segue:

<u>2019</u>	<u>Volumes em m³</u>
Anidro	28.500
Hidratado	90
	<u>28.590</u>

Açúcar

A Companhia possui um compromisso de venda de Açúcar VHP para o ano de 2019, conforme volume abaixo:

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

20. Compromissos--Continuação

Açúcar--Continuação

<u>Ano</u>	<u>Toneladas</u>
2019	<u>20.200</u>
	<u>20.200</u>

Energia elétrica

A Companhia participou com sucesso do leilão de energia (leilão A-5) realizado em 29 de abril de 2016, garantindo a venda no mercado regulado de 93% da produção de energia elétrica prevista. Assim, 120 GWh/ano foram vendidos, por 25 anos a contar de 1º de janeiro de 2021. O Presente contrato se encontra em processo de transferência para a nova companhia UTE Vale do Paraná Albioma S.A.

Cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA podem ser assim determinados:

<u>Anos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>R\$</u>
2019	460.068	32.255
2020	410.260	28.763
2021	360.603	25.281
2022	340.272	23.856
2023	287.195	20.135
2024	204.513	14.338
2025	127.315	8.926
2026	127.035	8.906
2027	76.305	5.350
2028	41.934	2.940
	<u>2.435.500</u>	<u>170.750</u>

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos, dividido pelo seu capital social mais reservas. A Companhia não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de preço;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de aceleração de dívidas;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gestão de risco e a gestão do capital da Companhia.

a) *Risco de preço*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, relacionados a etanol e açúcar VHP (açúcar #11). Tais oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas da Companhia. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 havia instrumentos financeiros derivativos em posições abertas na Companhia como segue:

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de preço*--Continuação

Risco de preço	Nocional		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Derivativos Açúcar – contratos futuros	52.407	-	1.677	-
	52.407	-	1.677	-

Derivativos	Contrato	Vencimento	Unidades		Nocional	Valor justo
Swap	Sugar #11	Jul/19 a out/19	46.992	Ton.	52.407	1.677

Em novembro de 2018 diante da queda no preço do açúcar VHP (açúcar #11), a Companhia contratou swaps para fixação de um preço mínimo para suas vendas no exercício de 2019. Os instrumentos vencem de acordo com a entrega prevista do que já existe contrato e o que se estima produzir, com base no CPC 48 estes instrumentos foram designados como hedge accounting.

b) *Risco de taxa de câmbio*

A Companhia negocia seus produtos em outros países e está, conseqüentemente, exposta a oscilações nas taxas de câmbio. O principal objetivo das atividades de *hedge* cambial da Companhia é de uma proteção contra a volatilidade associada à venda de moeda estrangeira, importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza o fluxo de caixa advindo das receitas com exportações denominadas em dólares norte-americanos, como *hedge* natural das obrigações denominadas em moeda estrangeira e também operações financeiras com o mesmo propósito.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação do dólar norte-americano em ativos e passivos:

Ativos	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	7.506	4.488
Depósito em garantia	8.058	-
Exposição bruta	15.564	4.488
Passivos	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	321.605	196.093
Partes relacionadas	10.600	9.050
Exposição bruta	332.205	205.143

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

b) *Risco de taxa de câmbio--Continuação*

Em setembro de 2018, a companhia contratou opções (call/put) para fixação de um preço mínimo e máximo para compra de dólares com a finalidade de mitigar o risco de taxa de câmbio. Com base no IFRS 9 estes instrumentos foram designados como hedge accounting.

Risco de preço	Nacional		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Derivativo taxa de câmbio	60.900	-	572	-
	60.900	-	572	-

Derivativos	Contrato	Vencimento	Unidades		Nacional	Valor justo
Opções	Empréstimo	Ago/19	14.500	U\$	60.900	572

c) *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação da TJLP, Libor e CDI. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos. As taxas de juros relativas a ativos financeiros que rendem juros e passivos financeiros que geram juros estão detalhadas nas notas explicativas 3 e 12 dessas demonstrações financeiras.

d) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de crédito--Continuação*

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria onde os clientes operam, uma vez que esse fator pode ter influência no risco de crédito. Para as vendas de açúcar, temos como principais clientes: Louis Dreyfus Company Suisse S.A., Bunge Agritade S.A. e Czarnikow Group Limited, para as demais vendas, temos como principais clientes: Petrobras Distribuidora S/A, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Raizen Combustíveis S.A., estes clientes somam 78% da receita bruta no exercício de 2018 (82% no exercício de 2017). Entretanto, geograficamente, não há concentração de risco de crédito.

O Conselho de Administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. A análise da Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da diretoria; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecida pela Companhia somente poderão operar com a Companhia em base de pagamentos antecipados.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente a distribuidoras de combustíveis. Clientes classificados como de “alto risco” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela diretoria, sendo que suas vendas futuras são feitas com base em pagamentos antecipados.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes dessa provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

e) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Quanto ao exercício, o balanço patrimonial da Companhia apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante e prejuízo no exercício, nos montantes de R\$13.020 e R\$53.117, respectivamente. O plano de negócios traçado para os próximos exercícios prevê um aumento do volume de cana de açúcar moída e novos investimentos com o objetivo de maximizar o retorno do investimento para os acionistas, além da reestruturação dos empréstimos de curto prazo para longo prazo e melhores taxas de mercado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, se observa um volume relevante de cana de açúcar plantada que demandou investimentos na área agrícola, e investimentos em equipamentos (nota 11).

A previsão do fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

f) *Risco de liquidez--Continuação*

	2018				
	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	7 -12 meses	1-2 anos	Acima de 2 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	23.480	23.480	-	-	-
Contas a receber e outros créditos	8.466	8.427	39	-	-
Depósito em garantia	8.058	-	-	8.058	-
	40.004	31.907	39	8.058	-
Passivos					
Fornecedores e outras obrigações	(14.770)	(14.717)	(53)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(381.959)	(98.382)	(17.577)	(41.120)	(224.880)
Partes relacionadas	(10.600)	(10.600)	-	-	-
	(407.329)	(123.699)	(17.630)	(41.120)	(224.880)
Líquido	(367.325)	(91.792)	(17.591)	(33.062)	(224.880)
	2017				
	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	7 -12 meses	1-2 anos	Acima de 2 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	18.886	18.886	-	-	-
Contas a receber e outros créditos	10.412	10.410	2	-	-
	29.298	29.296	2	-	-
Passivos					
Fornecedores e outras obrigações	(31.330)	(31.330)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(309.386)	(209.850)	(36.850)	(26.055)	(36.632)
Partes relacionadas	(9.050)	-	(9.050)	-	-
	(349.766)	(241.180)	(45.900)	(26.055)	(36.632)
Líquido	(320.468)	(211.884)	(45.898)	(26.055)	(36.632)

g) *Risco de aceleração de dívidas*

Esse risco está relacionado a uma eventual aceleração de dívidas decorrentes de cláusulas restritivas (“*covenants*”). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas (“*covenants*”), no entanto, todos os indicadores relacionados à geração de caixa, índices de endividamento e outros estavam sendo cumpridos.

Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

h) *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro da Companhia.

Derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía operações de derivativos vigentes conforme demonstrados anteriormente em Risco de preço e Risco de taxa de câmbio. O objetivo de operações como estas é de compensar a variação de despesas financeiras futuras causadas pela flutuação na taxa de câmbio para suas exportações ou importações.

22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguro contra incêndio, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de açúcar e etanol e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.